

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH - HOSPITAL JEAN BITAR

CNPJ 23.453.830/0015-75

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações de Resultados e de Resultados Abrangentes	
	Notas	2025	2024		
Ativo/Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.031.684	531.485	Receitas operacionais	Notas
Contas a receber	5	175.879	4.959.154	Serviços prestados pacientes SUS	54.235.641
Estoques	6	850.031	746.072	Receita líquida	54.235.641
Outros créditos		101.209	13.125	Custos	
Despesas antecipadas		2.420	2.418	Serviços de terceiros	(24.935.904)
Depósitos judiciais	13	564	32.944	Pessoal e encargos	(12.560.210)
Contratos de gestão	3m	44.417.120	46.754.863	Materiais e medicamentos	(10.684.635)
Não circulante					
Depósitos judiciais	13	-	61.077	Superávit líquido	6.054.892
Imobilizado - Próprio	7a	9.376	10.859	Despesas	
Imobilizado - Contrato de gestão	7b	3.170.300	3.690.466	Pessoal e encargos	(3.140.052)
Total do ativo não circulante		3.179.676	3.762.402	Serviços de terceiros	(3.049.256)
Total do ativo		51.758.583	56.802.463	Impostos, taxas e contribuições	(32.918)
Passivo e patrimônio social/Circulante		52.090.727	56.818.647	Depreciação/amortização	(554.748)
Fornecedores	8	4.089.728	6.798.171	Despesas gerais e administrativas	(2.939.427)
Obrigações trabalhistas	9	2.370.489	2.320.425	Superávit antes do resultado financeiro	(612.253)
Obrigações sociais	10	445.588	375.666	Financeira líquidas	
Obrigações fiscais		144.929	73.079	Despesas financeiras	(120.559)
Outras contas a pagar	11	457.999	164.312	Receitas financeiras	175.563
Partes relacionadas	12	164.874	332.131	Superávit/(déficit) antes de outras despesas e receitas	(557.249)
Contratos de gestão	3m	44.417.120	46.754.863	Outras despesas e receitas	
Não circulante		4.327.622	4.755.421	Doações e subvenções	-
Receitas diferidas	14	4.226.396	4.755.421	Outras receitas e despesas	669.088
Provisões para contingências	13	101.226	-	Superávit do exercício	111.839
Patrimônio social		(4.659.766)	(4.771.605)	Outros resultados abrangentes	-
Patrimônio social		(4.771.605)	(5.037.087)	Total resultado abrangente	111.839
Superávit (déficit) acumulado		111.839	265.482	Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2025
Total do passivo e patrimônio social		51.758.583	56.802.463		2024
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total		
Saldos em 31/12/2023	(3.442.976)	(1.594.111)	(5.037.087)	Atividades operacionais	
Incorporação ao patrimônio social (1.594.111)		1.594.111	-	Superávit do exercício	111.839
Superávit/(déficit) do exercício	-	265.482	265.482	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa	
Saldos em 31/12/2024	(5.037.087)	265.482	(4.771.605)	Depreciação/amortização	554.749
Incorporação ao patrimônio social (265.482)		(265.482)	-	Provisões para contingências	101.226
Superávit do exercício	-	111.839	111.839	Superávit/(déficit) do exercício ajustado (Aumento)/redução do ativo	767.814
Saldos em 31/12/2025	(4.771.605)	111.839	(4.659.766)	Contas a receber	4.783.275
				Estoques	(103.959)
				Outros créditos	(88.084)
				Despesas antecipadas	(2)
				Depósitos judiciais	93.457
				Aumento/(redução) do passivo	
				Fornecedores	(2.708.443)
				Obrigações trabalhistas	50.064
				Obrigações sociais	69.922
				Obrigações fiscais	71.850
				Outras contas a pagar	293.687
				Receitas diferidas	(529.025)
				Fluxo de caixa gerado/(consumido) pela atividade operacional	2.700.556
				Atividades de investimento	
				Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(33.100)
				Ajustes de inventário de ativo imobilizado e intangível	-
				Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(33.100)
				Atividades de financiamento	
				Partes relacionadas	(167.257)
				Fluxo de caixa gerado/(consumido) pela atividade de financiamento	(167.257)
				Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.500.199
				No início do exercício	531.485
				No fim do exercício	3.031.684
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.500.199
				Demonstrações do Valor Adicionado	2025
				Receitas	54.904.728
				Serviços prestados pacientes SUS	54.235.641
				Outras receitas e despesas	669.087
				(-) Glosas	-
				Insumos adquiridos de terceiros	(38.559.965)
				Serviços de terceiros	(24.935.904)
				Materiais e medicamentos, despesas gerais e administrativas	(13.624.061)
				Valor adicionado bruto (1-2)	16.344.763
				Retenções	(554.748)
				Depreciação/amortização	(554.748)
				Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	15.790.015
				Valor adicionado recebido em transferência	175.563
				Receitas financeiras	175.563
				Valor adicionado total a distribuir (5+6)	15.965.578
				Distribuição do valor adicionado	15.965.578
				Pessoal e encargos	15.700.262
				Impostos, taxas e contribuições	32.918
				Despesas financeiras	120.559
				Superávit do exercício	111.839

1. Contexto operacional: a. Objetivos sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 10 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b. Contrato de gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SES/PA/2021, vigente até 10/11/2026, por meio do 13º termo aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º/01/2024 a 31/12/2026. O Instituto encontra-se adequadamente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. declaração de conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21/09/2012 e revisada em 21/08/2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 25/02/2026. **c. Base de mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: a. Objetivos sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinologia, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 - Umarizal, Belém-PA. **b. Contrato de gestão:** O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2026, por meio do 13º termo aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCR/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º/01/2024 a 31/12/2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. declaração de conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21/09/2012 e revisada em 21/08/2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 25/02/2026. **c. Base de mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor.

b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela

continua -★

-★ continuação

Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa anual de depreciação - %	
Aparelhos méd. e cirurg.	10%
Benfeitorias	10%
Instrumentos de cirurgia	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Móveis e utensílios hosp.	10%
Equip. informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do superávit/déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit

b. Imobilizado - Contrato de Gestão:

	Aparelhos méd. e cir.	Benfeitorias	Eq. infor- mática	Instrumentos de cirurgia	Máquina e equip.	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios hosp.	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2024									
Saldo inicial	453.877	1.429.901	7.134	223.537	137.946	106.124	1.130.721	553.279	4.042.519
Aquisições	-	-	-	124.111	-	-	-	15.600	139.711
Transferências	530.820	524.234	-	-	-	-	(530.820)	(524.234)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(138.850)	(190.891)	(4.145)	(39.680)	(30.490)	(22.094)	(65.614)	-	(491.764)
Saldo contábil líquido	845.847	1.763.244	2.989	307.968	107.456	84.030	534.287	44.645	3.690.466
Em 31/12/2025									
Saldo inicial	845.847	1.763.244	2.989	307.968	107.456	84.030	534.287	44.645	3.690.466
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-	33.100	33.100
Transferências	-	48.700	-	-	-	-	-	(48.700)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(138.850)	(255.113)	(1.028)	(39.980)	(30.416)	(22.269)	(65.610)	-	(553.266)
Saldo contábil líquido	706.997	1.556.831	1.961	267.988	77.040	61.761	468.677	29.045	3.170.300

	2025	2024
8. Fornecedores:		
Materiais e medicamentos	1.494.976	2.043.097
Serviços	795.824	2.192.345
Serviços médicos	1.164.460	1.853.369
Diversos	634.468	709.360
Total	4.089.728	6.798.171

	2025	2024
Aging list		
A vencer	1.594.175	2.053.534
Vencidos	-	-
Até 30 dias	555.639	2.812.847
De 31 a 60 dias	312.247	633.891
De 61 a 90 dias	266.044	561.164
De 91 a 180 dias	124.180	657.136
De 181 a 360 dias	1.179.568	44.718
+ de 360 dias	57.875	34.881
Total	4.089.728	6.798.171

	2025	2024
9. Obrigações trabalhistas:		
Ordenados e salários a pagar	846.739	909.686
Provisão férias	1.407.295	1.306.629
Provisões FGTS s/férias	112.255	104.110
Outras provisões	4.200	-
Total	2.370.489	2.320.425

obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **I. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativo à obrigação de execução do contrato pactuado.

	2025	2024
4. Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa em espécie	2.000	2.000
Banco conta movimento	5.627	5.054
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.024.057	524.431
Total	3.031.684	531.485

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2026

	2025	2024
Contrato 007/2021 - SESP	175.879	4.959.154
Total	175.879	4.959.154

	2025	2024
Aging List		
A vencer	-	125.878
De 01 a 15 dias	-	4.675.486
De 16 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	107.790
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	125.879	-
Total	125.879	4.959.154

	2025	2024
6. Estoques:		
Drogas e medicamentos	276.202	220.734
Dietais enterais e parenterais	10.938	17.723
Fios cirúrgicos	46.782	44.697
Materiais radiológicos/imagens	1.468	1.787
Materiais de uso do paciente	339.838	280.680
Limpeza e higienização	45.226	32.945
Materiais de laboratório	750	761
Demais materiais	128.827	146.745
Total	850.031	746.072

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

	2025	2024
7. Imobilizado: a. Imobilizado - Próprio:		
Máquina e equip. Total		
Em 31/12/2024		
Saldo inicial	12.341	12.341
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(1.482)	(1.482)
Saldo contábil líquido	10.859	10.859
Em 31/12/2025		
Saldo inicial	10.859	10.859
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(1.483)	(1.483)
Saldo contábil líquido	9.376	9.376

	2025	2024
10. Obrigações sociais:		
INSS a recolher	98.103	101.926
FGTS a recolher	131.893	134.833
Empréstimos FGTS	86.278	-
IRRF s/folha a recolher	119.272	127.421
Contr. sindical	10.042	11.486
Total	445.588	375.666

	2025	2024
11. Outras contas a pagar:		
Empréstimos de material	611	611
Seguros a pagar	-	-
Adiantamento de clientes	212.763	-
Verba piso salarial da enfermagem (i)	244.625	163.701
Total	457.999	164.312

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei nº 14.434/22, aprovada em 4/08/2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

continua -★

-★ continuação

12. Partes relacionadas:

	2025	2024
Passivo		
Sede administrativa		
Total	164.874	332.131
	164.874	332.131

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 164.874 (R\$ 332.131 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão. **13. Provisões para contingências e depósitos judiciais:** **a. Processos com prognóstico de perda provável:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou que não há a provisão a ser constituída para fazer face aos processos. **Provável**

	2025	2024
Cível	-	-
Trabalhista	101.226	-
Total	101.226	-

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores: **Possível**

	2025	2024
Cível	1.627.408	1.627.408
Trabalhista	1.311.182	569.990
Total	2.938.590	2.197.398

Após o final do exercício de 2025, a Entidade possuía R\$ 564 em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **14. Receitas diferidas:** O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2025, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2025	2024
Imobilizado - contrato de gestão	5.703.111	5.670.011
Intangível - contrato de gestão	-	-

	2025	2024
Total investido em ativo	5.703.111	5.670.011
Depreciação/amortização acumulada	(2.532.811)	(1.979.545)

	2025	2024
Total imobilizado/intangível líquido	3.170.300	3.690.466
Saldo para investimento	1.056.096	1.064.955

	2025	2024
Total	4.226.396	4.755.421

15. Despesas gerais e administrativas:

	2025	2024
Serviços de gestão	(985.349)	(1.787.688)
Energia elétrica	(779.349)	(1.162.551)
Aluguel de máquinas	(192.296)	(388.294)
Provisões para contingências	(101.226)	-
Viagens e hospedagens	(24.969)	(27.523)
Outros	(856.238)	(870.007)
Total	(2.939.427)	(4.236.063)

16. Renúncia fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do IR, da CS e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de

pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/Terceiros e RAT/SAT	3.082.121	3.263.945
INSS	3.082.121	3.263.945
COFINS	1.627.069	1.706.110
COFINS	1.627.069	1.706.110
Total	4.709.190	4.970.055

17. Cobertura de seguros: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **18. Instrumentos financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.024.057	524.431
Contas a receber	175.879	4.959.154

	2025	2024
Total ativos financeiros	3.199.936	5.483.585

	2025	2024
Fornecedores	4.089.728	6.798.171

	2025	2024
Total passivos financeiros	4.089.728	6.798.171

19. Gestão de riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **20. Eventos subsequentes:** Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão "Contrato 007/2021 - SES-PA" estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10 de novembro de 2026. Belém - PA, 25/02/2026.

Diretoria

Giovani Luís Padão Merenda - Diretor Executivo - CPF: 539.924.660-00

Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Jean Bitar** - Belém - PA. **Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Jean Bitar, em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Provisão de juros e multas sobre atrasos de pagamentos a fornecedores:** Em 31/12/2025, O Hospital apresentava um montante de R\$ 4.089.728, relativo a fornecedores a pagar, dos quais R\$ 2.495.553 estavam vencidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 - Fornecedores. A Administração não realizou provisão de juros e multas para quitação dos valores em aberto. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre o montante que deveria ser reconhecido a título de juros e multas sobre os atrasos ocorridos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre

outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de contínua elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPA. Em 31/12/2025, o Hospital possuía excessos de passivos circulantes sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.511.820 e seu patrimônio líquido estava negativo na ordem de R\$ 4.659.766 (R\$ 4.771.605 em 2024). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 26/02/2025, com modificações, relativa a ausência de provisão de juros e multas sobre atraso no pagamento de fornecedores. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a

continua -★

★ continuação

procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 25/02/2026. **Planners Auditores Independentes - CRC SP nº 2SP 14.712/O-2; Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6.**

Protocolo1299931

AUTISMO Legislação, Jurisprudência e Políticas Públicas

OAB

ioepaoficial

@editoradalcidiojurandir

Editora Dalcídio Jurandir

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO

GOVERNO DO PARÁ

GOVERNO DO PARÁ

POR TODO O PARÁ